



# O Militante



BOLETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

## Esclarecendo alguns pontos do Comunicado do Comité Central

O Comunicado da reunião do Comité Central de Julho de 1967, assim como as resoluções aprovadas na mesma reunião, foram discutidas com espírito construtivo nas organizações do Partido, deram lugar, em cada sector, à adopção de medidas para aplicar a orientação traçada e constituíram um estímulo para a dinamização da actividade partidária, a busca de soluções correctas para os problemas de organização, de defesa e de quadros, a correcção de deficiências, o fortalecimento geral do Partido.

Dado, porém, o carácter extremamente sintético do Comunicado, alguns camaradas têm solicitado explicações complementares.

É objectivo deste artigo dar resposta a algumas dúvidas sem que isso dispense naturalmente o Partido de proceder a um maior desenvolvimento e explanação das conclusões do CC, no trabalho político, na propaganda e na agitação.

1. Diz o Comunicado: «Incapaz de dominar as leis da evolução do capitalismo, a política fascista está criando graves dificuldades em toda a economia nacional».

Esta passagem indica a impossibilidade de a ditadura fascista (como aliás qualquer regime capitalista) resolver as contradições do capitalismo. A contradição fundamental entre o carácter social da produção e o carácter privado da apropriação, agrava-se com a centralização e a concentração capitalista, com a acumulação e os seus dois polos de riqueza e de miséria, com a expropriação dos pequenos produtores, com o poder crescente dos monopólios. Agrava-se também a contradição entre a burguesia, cujo poder se encontra num número cada vez mais reduzido de grupos monopolistas, e o operariado, cuja força numérica e cuja organização, consciência e po-

tencial revolucionários aumentam incessantemente. Agravam-se ainda as contradições entre a burguesia colonialista e os povos coloniais e entre os vários países imperialistas. A burguesia dominante não pode resolver essas contradições, não pode dominar as leis da evolução do capitalismo. Ao procurar resolver umas dificuldades cria outras dificuldades. É isso que acontece aos monopolistas e latifundiários portugueses e ao seu governo fascista.

Haverá forma de resolver tais contradições, «dominando» as leis da evolução do capitalismo? Sim, essa forma existe, mas não é a burguesia que pode utilizá-la. As leis da evolução do capitalismo conduzem à vitória da revolução socialista e é esta que resolve as contradições fundamentais apontadas.

2. Diz o Comunicado: «Para competir nos mercados internacionais, os monopólios têm necessidade de baixar os custos de produção através duma maior dimensão das unidades e duma superior produtividade. Contraditoriamente, a capacidade de produção aumenta ao mesmo tempo que se restringe o mercado».

Algumas considerações tornarão mais claras estas conclusões.

A concorrência nos mercados internacionais agudizou-se extraordinariamente nos últimos anos em virtude da competição das «grandes potências» imperialistas e da criação das chamadas zonas de «comércio livre», ou seja da diminuição e em alguns casos da extinção de



direitos alfandegários pagos pelas mercadorias importadas. A indústria portuguesa, dado o seu atraso e dada a concorrência de indústrias muito mais evoluídas de países altamente industrializados, tem grandes dificuldades de colocação dos seus produtos, tanto no mercado interno, como nos mercados estrangeiros. Isso significa que **nessa concorrência se verifica a tendência para se restringirem os mercados de que pode dispor a indústria portuguesa, o que muitos ramos sentem já directamente. Esta, a primeira conclusão a reter.**

Como tentam os monopólios portugueses sair dessa situação?

Na concorrência entre os monopólios de cada país e entre os monopólios de vários países, conseguem ganhar os mercados assegurando a venda dos seus produtos, aqueles que podem oferecer estes a mais baixo preço, sem prejuízo da qualidade. Os capitalistas procuram por isso que cada unidade de qualquer mercadoria que produzem lhes custe o mínimo possível. Por outras palavras, procuram diminuir o custo de produção, expressão esta que designa o total dos gastos do capitalista em matérias-primas, desgaste das máquinas, combustível, etc. (capital constante) e salários (capital variável). Como baixar os custos de produção de forma a poderem vender mais baratas as suas mercadorias? Os capitalistas, procuram pagar mais baixos salários e aumentar a intensidade do trabalho, mas, em pequenas unidades industriais de técnica atrasada, isso não lhes dá base bastante para competir com as muito grandes empresas. Para baixar os custos de produção de forma a

suportar a concorrência internacional, o capitalista tem de aumentar a dimensão das unidades industriais, em que, pela melhor técnica e pela produção em larga escala, pode aumentar a produtividade do trabalho e vender portanto as suas mercadorias a mais baixo preço. Daqui a justa conclusão que **a necessidade de competição nos mercados internacionais leva os capitalistas a ampliar as suas fábricas e a instalar novas grandes fábricas, o que significa que aumenta a capacidade de produção.**

É precisamente isso que se afirma no Comunicado do Comité Central. **Os mercados restringem-se** para a indústria portuguesa em virtude do atraso desta e do alto preço das mercadorias (além da sua pior qualidade) que daí resulta. Para conseguirem colocar os seus produtos, ou seja, para conseguirem «conquistar» mercados têm de baixar o seu preço (melhorando a qualidade) e daí terem que produzir em mais larga escala, terem de **aumentar a capacidade de produção.**

O CC chama a atenção para essa contradição e para as suas consequências. Aumentar a capacidade de produção não significa que fique assegurada a colocação da produção. Muitas novas fábricas e importantes ramos da indústria portuguesa (como os monopólios aliás declaram) ficam tendo uma capacidade de produção muito superior à sua produção real, aquela que conseguem colocar nos mercados. Há uma «capacidade não utilizada» que tende a aumentar neste processo. Por isso o CC sublinha que, em resultado desta situação «**graves crises podem atingir importantes sectores da economia nacional.**»

3. Diz o Comunicado: **«A subida em flecha dos preços e o agravamento do processo inflacionista diminuem velozmente o poder de compra das massas trabalhadoras.»**

As estatísticas oficiais, reconhecendo embora o agravamento do custo de vida, utilizam toda a espécie de falsificações para mostrar que a situação dos trabalhadores melhora incessantemente. Um dos processos que utilizam é variar o ano que tomam como base de comparação, escolhendo para comparar os preços um ano anterior em que os preços foram particularmente elevados e para comparar os salários um ano anterior em que os salários foram particularmente baixos. Um outro processo é tomar como fundamental, para cálculos da variação dos preços, os produtos em que o aumento é mais lento e tomar como fundamental, para cálculo da variação dos salários, as categorias profissionais onde houve aumentos mais acentuados. Outro processo ainda: ao calcularem o custo de vida não têm em conta as percentagens de despesas de alimentação, habitação, etc. nas famílias de trabalhadores, e ao calcularem os salários põem de lado o trabalho menos qualificado, o

trabalho feminino e infantil, a prolongação da jornada de trabalho, etc.. Dessa forma não é difícil aos fascistas «fabricar» índices de salários mais altos que os índices dos preços... Só com extrema cautela e análise cuidadosa e crítica se devem utilizar as estatísticas oficiais e não se podem tomar a sério os dados tendentes a mostrar que o aumento de salários é muito mais acentuado que o aumento dos preços. Sem dúvida que a emigração anual de uma centena de milhares de trabalhadores, assim como da instalação de novas indústrias, resultam problemas de falta de mão-de-obra e consequentes subidas de salários (agricultura e profissões mais especializadas). Em contrapartida, a jornada de trabalho aumenta através da generalização das horas extraordinárias, os camponeses que entram na produção industrial são mal pagos e o mesmo sucede com a crescente mão-de-obra feminina. O poder de compra dos trabalhadores não se pode ajuizar por algumas categorias, mas pelo conjunto da situação.

Quanto ao processo inflacionista, os próprios fascistas não o escondem. De fins de 1962 para fins de 1966, as notas em circulação passaram de



16 para 20 milhões de contos e os depósitos à ordem de 36 para 59 milhões de contos. Os chamados «meios imediatos de pagamento» passaram assim de 52 para 79 milhões de contos, o que representa um aumento de cerca de 50 por cento em 4 anos! A isto há ainda que acrescentar a subida da carteira comercial dos bancos (letras), que passou de 18 para 35 milhões de contos, e variadas formas de crédito que, no que

respeita à circulação, correspondem a um aumento dos meios de pagamento. Uma vez que aquilo que se produz e aquilo que se importa não aumentou no conjunto mais que 6 a 7% ao ano, a chamada «oferta global» não exigiria por si um tão grande aumento dos meios de pagamento e o facto destes terem aumentado vertiginosamente indica um rápido processo inflacionista e uma rápida descida do poder de compra da moeda.

4. Diz o Comunicado: «O Comité Central concluiu que o refluxo das lutas populares nos últimos anos deve-se mais a factores subjectivos (debilidades da organização e acção das forças democráticas incluindo o Partido Comunista) que a factores objectivos».

Ao contrário da interpretação de alguns camaradas, não se afirma aqui que não existem factores objectivos contribuindo para o refluxo das lutas populares. O que se diz é que esse refluxo se deve mais aos factores subjectivos, ou seja, às debilidades da organização e da acção das forças democráticas incluindo o próprio Partido. Quer dizer: apesar da existência de factores objectivos, que poderiam contrariar o ascenso das lutas populares, teria sido possível evitar o refluxo, pelo menos diminuindo-lo, eventualmente provocar novos fluxos revolucionários, se as forças democráticas e em primeiro lugar o Partido estivessem organicamente mais fortes e a sua acção tivesse sido mais forte, ampla e dinamizadora.

Sem dúvida que nos últimos anos, fenómenos de natureza económica e social modificaram o quadro tradicional de algumas reivindicações da classe operária. A emigração para o estrangeiro (índice de miséria e das dificuldades dos trabalhadores portugueses) e a corrida para as cidades da população camponesa cuja mão-de-obra é dispensada pela mecanização da agricultura e é absorvida na indústria, construção e transportes, atenuaram alguns dos problemas mais agudos do desemprego, fizeram surgir problemas de carência de mão-de-obra especializada e provocaram em algumas categorias profissionais subidas de salários nominais. Mas isto não significa que tenha melhorado a situação das classes trabalhadoras no seu conjunto. Novas formas de exploração são aperfeiçoadas. Aumentam os ritmos de trabalho e a racionalização; generalizam-se as horas extraordinárias; aumenta a utilização de mão-de-obra infantil e feminina; sobem os preços; as rendas de casa são cada vez mais inoportáveis; sobem os impostos. Os motivos de descontentamento persistem e em alguns casos agravam-se.

5. Diz o Comunicado: «Embora o esquerdismo e o aventureirismo continuem a manifestar-se, podem vir a ter novo surto com a agudização da luta política e devam portanto ser persistentemente combatidos, o Comité

Numerosas lutas de operários industriais e rurais, assim como de empregados, mostram que só debilidades de organização e de direcção impediriam a sua continuidade, o seu alargamento e a sua ascensão a formas mais enérgicas e massivas. Em numerosos casos, se nas empresas as organizações do Partido estivessem mais enraizadas e dispusessem de quadros mais capazes e experientes, o curso das lutas e os seus resultados teriam sido completamente diversos. Noutros casos, em condições objectivas manifestamente favoráveis, só não se desencadeia a luta pelas deficiências de organização. Há sectores (industriais e rurais) em que o refluxo da luta de massas está directa e claramente ligada ao enfraquecimento da organização do Partido, à sua desligação e à perda de quadros mais experientes resultante da repressão. Há outros sectores cuja história nos últimos anos tem sido alternadamente a seguinte: desenvolve-se a organização do Partido? Logo as lutas se multiplicam. A organização é fortemente tocada? Logo as lutas decaem ou morrem.

Podem existir condições objectivas favoráveis e não se desenvolver a luta popular em resultado da desorganização, de incapacidade directiva, da falta de força mobilizadora da vanguarda. Inversamente, uma vanguarda bem organizada, dinâmica e dinamizadora, ligada à classe e às massas, pode conduzir a luta popular a um amplo desenvolvimento em condições menos vantajosas. A subestimação da importância decisiva da força organizada do Partido para conduzir à luta a classe operária e as massas populares, a tendência para explicar a estagnação e o insucesso pelas condições objectivas, tende a roubar à vanguarda e aos seus militantes a confiança, a audácia, a autoridade, a energia necessárias para vencer as dificuldades e desenvolver a luta popular. Pelo contrário, se o Partido e os seus militantes confiam nas suas próprias possibilidades e sabem rectificar as suas deficiências e os seus erros, estão em condições de cumprir as suas tarefas, unindo, organizando e conduzindo os trabalhadores e dando impulso a um novo fluxo da luta popular.

Central considera que as concepções oportunistas de direita constituem, no actual momento, a mais perigosa tendência no movimento anti-fascista português».

Alguns camaradas vêem nesta conclusão uma





alteração da atitude do Partido, que nos últimos anos repetidas vezes sublinhara que o esquerdismo e o aventureirismo constituem o perigo principal no movimento democrático e no próprio Partido.

O facto é que não há mudança de atitude, mas mudança da situação, certamente temporária, como a própria conclusão sublinha, mas nem por isso menos real.

Em anos anteriores, as concepções que mais prejudicaram o desenvolvimento da acção política da Oposição democrática e do próprio Partido foram o sectarismo, o esquerdismo e o aventureirismo. Os ensinamentos da vida e algumas trágicas experiências trouxeram sérios ensinamentos e fizeram diminuir as manifestações e a influência no movimento anti-fascista das concepções esquerdistas e aventureiristas. Ao mesmo tempo, acentuaram-se o processo de decadência política da burguesia liberal, as tentativas de certas esferas fascistas para procurarem uma saída para o regime, as tendências para o compromisso com o regime de sectores da Oposição e as manifestações repetidas de

uma posição de desistência e capitulação que, conforme sublinhou o CC, tinha como traços característicos «a degradação política», a renúncia a objectivos fundamentais, a passividade, o desprezo pela constituição de estruturas revolucionárias e pela existência duma acção revolucionária, a perda de combatividade e de espírito anti-fascista militante, a substituição da luta por manobras de bastidores, o refreamento e efectiva sabotagem da luta popular.

Foi nesta situação que o CC, em Julho de 1967, indicou as concepções oportunistas de direita como sendo a mais perigosa tendência no movimento anti-fascista português no actual momento.

O esquerdismo e o aventureirismo não desapareceram evidentemente. Nos últimos tempos conheceram certa reanimação. Poderão retomar influência como reacção contra o oportunismo de direita e como sinal de impaciência ante perspectivas políticas favoráveis.

Mas, neste momento, ainda o oportunismo de direita continua a ser o mais negativo factor para o desenvolvimento da acção e da organização das forças democráticas portuguesas.

Esperamos que este artigo contribua para a melhor compreensão de alguns pontos do Comunicado do CC, assim como para a melhor orientação do estudo dos problemas postos. Havendo objecções ou reservas será útil que os nossos camaradas as enviem por escrito à redacção de «O Militante», indicando na medida do possível os factos em que assentam.

## As próximas eleições sindicais e a luta dos trabalhadores por melhores salários

Nos primeiros meses de 1968 realizar-se-ão eleições em vários dos sindicatos fascistas. Tal como no passado, o fascismo e seus lacaios procurarão efectuar as eleições em «família», de costas para as massas trabalhadoras. Para isso marcarão fora dos prazos determinados pela lei fascista, impedindo, assim, que os trabalhadores apresentem as suas listas de unidade; as que forem apresentadas tentarão recusá-las com os mais diversos e ilegais fundamentos e, se tudo isto não chegar, recorrerão à PIDE para fazer recuar os trabalhadores. Este tem sido o caminho que o fascismo tem procurado trilhar no passado e irá, se os trabalhadores o permitirem, seguir no futuro.

Mas apesar de ser esta a sua preocupação, a

verdade é que os trabalhadores, orientados e conduzidos pelo Partido Comunista Português, têm-no forçado a fazer marcha atrás muitas vezes, impondo a realização de eleições sérias em muitos sindicatos, escurraçando doutros os seus lacaios e colocando no seu lugar trabalhadores honrados, fiéis à classe.

A história da luta dos trabalhadores portugueses contra o fascismo no terreno sindical está recheada de brilhantes vitórias, que são igualmente vitórias do nosso Partido, e de ricas experiências que, não só devem estimular a luta no presente como, de certo modo, guiá-la. Na realidade, é estudando e divulgando as experiências passadas, quer elas se refiram a êxitos ou a insucessos, que se criam as condições para novas vitórias.



## Eleições viradas para a luta por melhores salários

Actualmente, a principal reivindicação dos trabalhadores é a melhoria dos seus salários e vencimentos, diminuídos no seu poder de compra em virtude do constante agravamento do custo de vida. Por tal razão, as próximas eleições sindicais devem ser vistas no quadro da luta económica, reforçando-a onde ela está em curso, ou iniciando-a onde ela se encontra paralisada.

A colocação à frente dos sindicatos fascistas de trabalhadores sérios e firmes na defesa dos interesses de cada classe, é uma preciosa ajuda na luta pela revisão e actualização dos contratos e acordos colectivos de trabalho existentes, e na luta pela assinatura de contratos para aquelas classes que ainda hoje não os têm, não obstante a demagogia corporativa.

### Comissões que orientem a luta e o conhecimento da orgânica eleitoral

Para conduzir com probabilidades de êxito a luta eleitoral-sindical é fundamental a constituição de comissões sindicais, compostas por trabalhadores esclarecidos, estreitamente ligados às classes que representam e que, coordenando e orientando a luta, saibam mobilizar os seus camaradas de trabalho para a batalha a travar. São essas comissões que devem agitar o problema da eleição junto dos trabalhadores; conversar e discutir com o maior número deles sobre quais as reivindicações a inscrever no caderno eleitoral que sirva de base à lista de unidade; que devem proceder à escolha ou, onde as condições o permitirem, à eleição dos candidatos da lista, procurando que estes sejam trabalhadores prestigiados e da confiança da classe, qualquer que seja a sua ideologia política ou o seu credo religioso.

Mas se a constituição das comissões que procedam à escolha ou eleição dos candidatos que formarão a lista de unidade, à elaboração dum programa reivindicativo e à mobilização das massas é condição essencial para escorraçar dos sindicatos nacionais os rafeiros do patronato e do fascismo ali anichados, o conhecimento das normas que regem o acto eleitoral é indispensável para o bom êxito da luta. Compete às comissões e aos trabalhadores de vanguarda, em especial aos militantes comunistas, o estudo e conhecimento dessas normas, a fim de que os trabalha-

O entrelaçamento entre a luta pela eleição de direcções fiéis aos trabalhadores e por reivindicações de carácter económico, deve ser, pois, uma constante da luta geral dos trabalhadores. Neste sentido, as listas apresentadas a disputar as eleições devem apoiar-se num programa eleitoral com base nas reivindicações mais sentidas pelos trabalhadores. Tal programa contribuirá enormemente para aglutinar à volta dos candidatos a maioria dos trabalhadores, reforçando a sua unidade e organização, dificultará a acção do fascismo e seus agentes, e imporá mais facilmente a eleição da lista de unidade. Como exuberantemente a experiência tem demonstrado, nada há que o fascismo e o patronato mais temam do que a acção unida e organizada das massas trabalhadoras.

dores não sejam enroscados no emaranhado das leis fascistas, promulgadas apenas com objectivo de dificultar a sua acção e afastá-los da actividade sindical.

Pressionar os presidentes das assembleias gerais para que convoquem as eleições segundo os prazos previstos pela lei fascista; apresentar a lista de unidade dentro desses prazos, procurando que as mesmas sejam subscritas por mais de 100 sócios efectivos do sindicato (têm de ser sócios há, pelo menos, 12 meses); observar se os candidatos preenchem as condições estabelecidas na lei eleitoral, isto é, se são sócios efectivos há mais de um ano e se possuem o exame do 2º grau de instrução primária, são alguns dos obstáculos que devem ser vencidos pelas comissões, em ordem a poder-se disputar com sucesso a eleição.

Comparecer em massa à eleição; impor a fiscalização do acto eleitoral desmascarando e impedindo as ilegalidades; impor o imediato sancionamento da lista de unidade, no caso de ser eleita; não virar as costas à direcção eleita mas manter e estreitar as ligações com ela, forjadas durante a batalha eleitoral, completam o quadro dos aspectos que devem ser observados pelas comissões e pelos trabalhadores de vanguarda, na luta pela colocação de direcções sérias e honestas à frente dos sindicatos.

### Fora com as comissões administrativas!

Sempre que as direcções dos sindicatos fascistas não servem os interesses do fascismo e do patronato, estes procuram isolá-las dos trabalhadores para as afastar dos cargos para que foram eleitas, e por nos seus lugares comissões admi-

nistrativas, isto é, grupos de fiéis e dóceis lacaios da sua política. E isto torna-se mais fácil quando as direcções estiverem desligadas das massas trabalhadoras, pensando resolver os seus problemas sem o seu apoio e concurso. Por estas



razões encontram-se, actualmente, vários sindicatos nacionais a ser geridos por comissões administrativas. Desses, dois há que queremos destacar: os sindicatos do Pessoal dos Carros Eléctricos (Carris) de Lisboa e do Porto, precisamente dois sindicatos cujos sócios vêm há longos meses lutando pela melhoria da sua situação, particularmente pelo aumento de salários. Nestes, como nos sindicatos com igual gerência, a função das comissões administrativas tem sido assinar em nome dos trabalhadores tudo o que o patronato e o fascismo querem. Por isso, o seu afastamento dos cargos que ilegalmente ocupam e a realização de eleições sérias, deve ser uma reivindicação dos trabalhadores da Carris de Lisboa e Porto. Para alcançá-la não há que aguardar que a comissão administrativa convoque eleições, porquanto nunca o fará, mas sim, e com base na própria lei fascista que determina que cada mandato das comissões administrativas deverá ter a duração de 3 anos, exigir a sua mar-

cação junto do sindicato, do I.N.T.P. e do próprio Ministério das Corporações.

É claro que o afastamento das comissões administrativas dos cargos que ocupam e a sua substituição por trabalhadores escolhidos pela classe, não é o objectivo fundamental da luta dos trabalhadores da Carris de Lisboa e Porto. Esse objectivo continua a ser a conquista de aumento de salário, e o principal campo de batalha para o conseguir tem sido, e deve continuar a ser, a empresa. Contudo, a colocação de trabalhadores que defendam os interesses da classe à frente dos respectivos sindicatos é, como deixámos expresso mais atrás, uma preciosa ajuda para alcançar esse objectivo.

Exigir, pois, a realização de eleições nos sindicatos nacionais fascistas, que estão a ser geridos por comissões administrativas, é também uma reivindicação a colocar no período das próximas eleições sindicais.

Como se salienta no Comunicado do Comité Central saído da reunião de julho passado, a luta pela realização de eleições sérias nos sindicatos nacionais é, entre outras, capaz de ganhar vastas camadas da população para a acção. Essa acção é necessária ao desenvolvimento da luta política que, através do levantamento nacional, há-de derrubar a ditadura salazarista, instaurar

em Portugal um regime democrático que abra o caminho a profundas transformações na vida política, económica e social do nosso povo, e que permitirá à classe operária conquistar a liberdade política, condição indispensável para que ela possa unir-se e organizar-se completamente e alcançar a sua libertação definitiva.

## Tarefas imediatas da organização e desenvolvimento das lutas de massas

As lutas dos últimos tempos revelam, como assinala o Comité Central do Partido Comunista Português, uma mais firme disposição de luta dos trabalhadores, concretizada em diversas acções reivindicativas, mas em várias dessas acções verificam-se deficiências na sua preparação, organização e desenvolvimento, que vieram a reflectir-se no resultado final.

Tomemos como exemplo as lutas reivindicativas do pessoal da Carris de Lisboa e dos Transportes Colectivos do Porto. Que ensinamentos podemos tirar dessas lutas? Elas revelam uma notável firmeza, combatividade e unidade dos trabalhadores, traduzidas em concentrações de massas que, em Lisboa, englobaram cerca de 4.000 pessoas e no Porto se expressaram nas manifestações de 1966, em frente da sede dos serviços da Previdência, na Rotunda da Boavista e nos choques violentos com as forças repressivas, em que centenas de operários deram provas de decisão e valentia.

Mas no Porto a luta do pessoal dos transpor-

tes colectivos por aumento de salários não se desenvolveu de um modo coordenado e consequente, nem se revestiu de combatividade e espírito de organização, registados na luta contra as medidas da Previdência, quando esta tentou privar os trabalhadores de assistência médica nos locais onde residem. A experiência adquirida nas lutas de 1962 não contou grandemente para a realização de concentrações de massas no sindicato e na gerência, de modo a assinalar a firme disposição dos trabalhadores de conquistarem melhores salários e forçarem a administração dos transportes colectivos a cumprir a promessa de elevar os salários do pessoal ao mesmo nível dos seus camaradas de Lisboa.

As deficiências manifestadas na organização e desenvolvimento da luta reflectiram-se no escasso aumento de salários e nas medidas demagógicas com que a gerência pretendeu iludir a solução deste problema.

Que debilidades se registam na luta do pessoal da Carris de Lisboa?



Depois das corajosas concentrações de milhares de trabalhadores em Santo Amaro e no Arco do Cego, diante da administração da empresa, no meio de um poderoso aparato policial, a luta, que vinha crescendo de volume e oferecia novas perspectivas, entrou em franco recuo, porque lhe faltou, na realidade, a organização necessária e a direcção firme e adequada para impulsionar a combatividade manifestada pelos trabalhadores, em volta do problema reivindicativo de aumento de 10\$00 nos salários.

Era de organizar e de promover novas concentrações e novas diligências junto da administração da Carris, acompanhadas de pequenas paralisações de trabalho nas oficinas, da redução da velocidade nos «eléctricos» e autocarros, da diminuição da cobrança de bilhetes, do recurso generalizado à «cera». A luta dos trabalhadores da Carris tinha condições para se transformar numa grande luta reivindicativa, com possibilidade de sucesso a curto prazo, revestindo-se de novas formas que podiam desembocar na greve, se ti-

vesse assentado em comissões de unidade activas, nas várias «estações de recolha», nas oficinas, entre o pessoal do tráfego, e na existência de uma comissão geral que coordenasse e dirigisse toda a luta reivindicativa. A luta do pessoal da Carris requeria igualmente a realização de reuniões de trabalhadores em que se discutissem e aprovassem as formas de acção a empreender, tendo em conta o estado de espírito das massas, as provas verificadas e as próprias exigências da luta, isto é, a necessidade de elevá-la a um nível superior, para que da firmeza, unidade e combatividade dos trabalhadores pudesse resultar a satisfação das reivindicações em vista.

A luta do pessoal da Carris revelou, sem dúvida, capacidade inicial de organização, poder de mobilização das massas, coragem e audácia. Mas faltou-lhe continuidade, iniciativa, poder de decisão, faltou-lhe a organização e a direcção para se transformar numa importante e justa luta reivindicativa dos trabalhadores por um problema crucial: o do aumento de salários.

## O trabalho de esclarecimento na preparação e desenvolvimento das lutas de massas

Quando consideramos as lutas de massas temos de baseá-las nas condições concretas em que vivem os trabalhadores, nas formas de exploração da sua força de trabalho pelo patronato.

Ante o desenvolvimento do sistema capitalista no nosso país, ante o crescente poder dos monopólios, a exploração da classe operária reveste-se de novas formas, mais refinadas e mais intensas, mas rodeadas de métodos e atitudes que têm como objectivo enganar os trabalhadores, iludí-los sobre o roubo de que são vítimas, sobre o significado do «trabalho à ficha», o «prémio de assiduidade», o «mérito», a «produtividade», ao mesmo tempo que os capitalistas e o governo multiplicam esforços para ligar os trabalhadores às empresas que os exploram, através de actos de perfeita demagogia e de propaganda sistemática, que se destina a adormecer a classe operária, a quebrar-lhe o espírito de luta pela defesa dos seus interesses.

Não vimos nós, recentemente, por altura das festas do Natal, os mais vorazes exploradores, os mais ricos potentados tentar, mais uma vez, confundir os operários das suas empresas com palavras de «camaradagem», de compreensão, procurando demonstrar-lhes que possuem interesses comuns e quanto mais esforços dispenderem em favor das respectivas empresas, quanto mais estas progredirem, maiores serão os resultados obtidos pelos trabalhadores?

E a demagogia capitalista vai tão longe neste domínio que a Companhia Portuguesa de Fornos Eléctricos tornou seus «accionistas» 36 operários e empregados (a Companhia tem mais

de 900) que contam 25 a 40 anos de casa, oferecendo-lhes algumas acções, que nem de longe correspondem, em valor real, aos lucros arrancados aos seus salários durante aquele período de tempo.

A exploração capitalista não se manifesta do mesmo modo em todas as empresas nem se reveste das mesmas formas. Por isso não basta aos militantes do Partido um conhecimento genérico das novas formas de exploração. É necessário conhecê-las em pormenor, por cada ramo de produção, por cada empresa, bem como o nível dos salários, as condições de trabalho, assistência, habitação, higiene, a actividade dos contra-mestres, pessoal técnico, regime de multas e castigos e outros problemas, bem como o estado de espírito dos trabalhadores e suas tradições de luta.

É na base das condições concretas que os militantes comunistas podem desenvolver uma actividade de esclarecimento e mobilização que permite elevar a consciência de classe dos trabalhadores, subtraí-los à influência do patronato, à sua demagogia social, ao engodo dos novos métodos de exploração. É na base das condições concretas que os militantes comunistas podem conduzir os trabalhadores na luta pela defesa dos seus interesses, pela conquista de melhores salários e outras reivindicações.

Não se podem conduzir lutas de massas sem que os trabalhadores sejam ganhos, através de uma actividade de esclarecimento e propaganda feita de maneira simples e objectiva, para os problemas que mais directamente se prendem com as condições de trabalho e a exploração patronal. Esta actividade requer, por parte dos militantes





do Partido, uma percepção precisa do estado de espírito dos seus companheiros de trabalho, dos problemas que podem transformar-se em motivos de luta, em reivindicações imediatas que

mobilizem o pessoal de uma empresa, de uma localidade ou de um ramo industrial. Esta actividade requer uma estreita ligação do Partido com as massas.

## O trabalho de agitação e de organização no desenvolvimento das lutas de massas

A organização do Partido é a pedra de toque para o desenvolvimento das lutas de massas. O Comité Central sublinhou na sua última reunião que «depende em parte decisiva da justa orientação e da força organizada do Partido assim como da acção dos seus quadros, a amplitude e a justa condução das lutas das classes trabalhadoras».

O esforço dos militantes do Partido é um esforço indispensável à organização e desenvolvimento das lutas de massas. A acção entusiasta, confiante e reflectida dos comunistas permite desenvolver uma agitação conveniente junto dos trabalhadores para os esclarecer e conduzir à luta. A agitação escrita, as tarjetas, manifestos, a imprensa clandestina, as inscrições desempenham, sem dúvida, um papel esclarecedor, que pesa no desenvolvimento da luta. Mas é um erro pensar que os meios de agitação escrita podem substituir a acção directa e pessoal dos militantes, as medidas de organização, o envio de quadros para assegurarem à luta uma direcção eficaz. Quando assim se pensa sobrevaloriza-se o papel da agitação escrita e subestima-se o valor da organização, não se procura assegurar às lutas reivindicativas a participação directa dos militantes.

Toda a luta reivindicativa pressupõe um trabalho de agitação destinado a esclarecer os trabalhadores e a orientá-los, destinado a receber a preciosa ajuda que vem das próprias massas. São as conversas com os operários sobre motivos concretos de exploração ou de más condições de trabalho; são as reuniões com trabalhadores de vanguarda para melhor se ajuizar das possibilidades de luta; são as relações fraternas normalmente mantidas com o pessoal de uma empresa ou de uma secção; é a percepção dos comunistas sobre o estado de espírito dos trabalhadores e seus motivos de descontentamento, que dão à agitação uma base segura e determinam o seu verdadeiro carácter, consciencializando os operários, levando-lhes a orientação do Partido, sugerindo-lhes os meios e as formas de luta, desenvolvendo-lhes a firmeza, coragem e confiança com que se devem travar os combates da classe operária contra os seus exploradores.

A organização da luta é um factor decisivo do seu sucesso. Mas quando falamos da organização da luta não queremos referir-nos à organização do Partido, porque essa é indispensável a toda a

acção de massas, mas à organização dos trabalhadores com vista ao desencadeamento da luta reivindicativa e à sua evolução ou seja, aos vários organismos de unidade: comissões sindicais, comissões de unidade, comissões de classe, comissões gerais, comités de greve, com carácter legal, semi-legal ou ilegal, mas todos eles resultantes das acções de massas, orientando estas, expressando a unidade e combatividade da classe operária.

A experiência da luta de massas valorizou as comissões de unidade e as comissões sindicais como organismos indispensáveis ao desenvolvimento da luta, quando tais comissões correspondem aos interesses dos trabalhadores, são a expressão da sua vontade e da sua unidade, brotam do seu seio e mantêm vivos os laços que as prendem aos seus companheiros de trabalho e neles se apoiam em todo o decurso da luta.

As comissões de unidade e as comissões sindicais são organismos de direcção das lutas de massas. Daí o papel activo que necessitam de ter no desenrolar das acções reivindicativas, pondo em movimento os trabalhadores, orientando-os, recebendo deles os ensinamentos, as sugestões que possam ser válidas para o prosseguimento da luta. Por isso as comissões de unidade e as comissões sindicais, bem como os outros organismos, devem ser compostos pelos operários mais capazes, mais honestos, mais ligados aos companheiros de trabalho, de modo a resistirem às pressões do patronato e do fascismo e à ofensiva da repressão.

As comissões de unidade não são apenas organismos de direcção da luta, que se encontram à cabeça das concentrações de massas, da acção reivindicativa dos trabalhadores de uma determinada empresa. As comissões de unidade são igualmente organismos de enlace dos operários em luta, que permitem articular a sua acção à escala de uma localidade, de uma região e à escala nacional.

As comissões sindicais organizam, orientam e coordenam a luta dos trabalhadores junto dos chamados sindicatos nacionais, de modo a transformar estes num campo de acção reivindicativa.

Ante as perspectivas que se abrem às lutas de massas convém ter presente a larga experiência do Partido neste domínio, não somente para im-



pulsionar a criação dos organismos de unidade atrás referidos, mas para elevar o nível das lutas, alargar estas, fazê-las passar do âmbito da empresa, para o de um sector industrial, de uma região, do país inteiro, assegurar-lhes uma direcção acertada e audaz que transforme as concen-

trações de massas junto da gerência e do sindicato em pequenas e grandes paralisações, em manifestações de rua, em greves de massas, que levem aos trabalhadores uma maior experiência, uma maior confiança na sua força, na sua unidade, na sua capacidade de luta.

## A traição é um crime político contra o Partido e contra o povo

Denunciar camaradas, organizações e sectores inteiros, entregar funcionários e outros quadros à polícia, denunciar casas e outros aspectos da actividade partidária é um acto cobarde e vil, repugnante e criminoso. A traição não tem desculpa; ela é um crime político contra o Partido e contra a luta da classe operária e os interesses do povo. A traição é o medo à polícia, o medo de poder vir a morrer ou ficar uns anos preso; é o egoísmo e o oportunismo, a fuga às dificuldades e aos sacrifícios; é a falta de consciência de classe e de sentimentos de honradez, a falta de confiança no Partido e nas massas; é a falta de dedicação à Causa do povo, é a falta de perspectiva política.

A cobardia ante o inimigo causa grandes danos ao trabalho geral do Partido, ao desenvolvimento da luta e atrasa o derrubamento da ditadura fascista e a conquista da liberdade. Num sopro destroi-se o trabalho que levou anos a construir com imensos sacrifícios e esforços. A traição não atira só com os quadros e as organizações para as mãos da polícia, como também desprestigia, mina a confiança da base e das massas no Partido, e prepara terreno para novas investidas policiais contra a organização partidária.

A experiência mostra-nos que a traição e os maus portes ante a polícia provocam profundos

golpes policiais nas organizações do Partido. Mostra-o mais uma vez o golpe que o Partido sofreu nos meses de Maio-Junho últimos no Sul e em Lisboa. A sua extensão e profundidade estão ligadas ao mau porte de vários elementos cobarde e em particular de Fernando de Sousa, elemento que trafu vergonhosamente a confiança do Partido. Estes elementos entregaram à polícia funcionários, casas do Partido, quadros e organizações dos sectores e outros aspectos do trabalho partidário.

A luta contra a traição e a cobardia é uma tarefa constante e de vital importância de todo o Partido. Não se pode combater os maus portes, diminuir o seu número dizendo apenas mal dos traidores. É necessário elevar a consciência política dos quadros, a sua dedicação ao Partido, à classe operária e à causa do povo, armá-los para o embate com o inimigo em caso de prisão. É necessário praticar uma política de recrutamento mais cuidadosa, uma política mais rigorosa na selecção e promoção dos quadros, acompanhá-los mais atentamente na sua evolução política e na base do seu trabalho realizado. Levar as massas a odiar e a isolar os traidores (sobretudo os mais abjectos), fazendo-lhes guerra e a vida negra sob as mais diversas formas.

### Na polícia não se fala

Cada comunista deve estar seguro de si, ter a certeza absoluta de que na polícia não se fala. Não há torturas físicas ou morais, não há processos «científicos» ou «psicológicos» da polícia, não há nada, absolutamente nada que possa obrigar alguém a falar ou revelar aquilo que verdadeiramente não quer dizer. Esta verdade está irrefutavelmente demonstrada por numerosos exemplos de abnegação, patriotismo e valentia dos membros do Partido, homens e mulheres desde os mais destacados aos mais modestos, e também por outros anti-fascistas e trabalhadores de vanguarda.

Muitos dos melhores filhos da classe operária e do nosso povo perderam a sua preciosa vida, mas eles provaram com a sua dedicação, patriotismo e valentia que o inimigo não pode abrir a

boca a quem está sinceramente disposto a não abri-la para fazer declarações ou confirmações. Militão Ribeiro (Murça), membro do secretariado do Comité Central, foi assassinado pela PIDE na Penitenciária de Lisboa, em 1950, mas não falou; José Moreira (M. Grande), funcionário do Partido, foi assassinado na sede da PIDE, em 1950, mas não falou; Germano Vidigal (Montemor-o-Novo), membro do Partido, foi assassinado pela PIDE no Posto da GNR, em 1945, mas não falou; Ferreira Marquês (Lisboa), membro do Partido, foi assassinado na sede da PIDE, em 1943, mas não falou; José A. Patuleia (V. Viçosa), membro do Partido, foi assassinado na sede da PIDE, em 1947, mas não falou. A lista podia continuar. Estes e outros saudosos camaradas foram torturados até à última pancada do coração.





Porém, nem a própria morte conseguiu arrancar-lhes uma única palavra sobre o seu Partido, sobre a sua actividade.

Da mesma abnegação, patriotismo e valentia se pode falar de muitas dezenas de outros camaradas, hoje a ferros (para não falar daqueles que estão em liberdade), muitos dos quais presos várias vezes, como os membros do CC, Pires Jorge, Fernando Blanqui, Octávio Pato, António D. Lourenço, Carlos Costa, José Magro, Afonso Gregório e outros; como os funcionários do Partido, Ilídio Esteves, Domingos Abrantes, Sofia

Ferreira, Alda Nogueira, Rogério de Carvalho, Fernanda Tomás, Jorge Araújo, José Carlos, José Bernardino, João Honrado, Joaquim Velez, José Pacheco, Júlio Martins, Guilherme de Carvalho e muitos outros e outras, torturados, espancados, condenados a longas penas, mas as suas bocas nunca se abriram para fazer declarações ou confirmações ao inimigo sobre o Partido e a luta. Mais recentemente Dinis Miranda comprovou a firmeza e a valentia dos comunistas diante dos seus algozes, quando da sua prisão em Junho passado.

## O choque com a PIDE

Quem julgar o choque com a PIDE como coisa passageira, que não vá além de umas tantas perguntas, ou umas bofetadas está redondamente enganado e desarmado. O inimigo que temos pela frente — a PIDE — é cruel e conta com uma longa experiência. É necessário e é importante que cada comunista tenha uma noção realista do que é o inimigo e da natureza do choque com ele. A passagem pela PIDE é uma das provas mais duras que um militante ou simpatizante tem de dar ao seu Partido e ao seu povo. Nunca encarar a passagem pela polícia com espírito de ingenuidade ou de levandade pois isso desarmaria qualquer camarada para uma das provas mais difíceis da sua vida. Assim como não deve encarar a polícia com espírito de pânico ou terror.

O objectivo da polícia é destruir moral e politicamente o preso e pô-lo fora de combate. A PIDE não «engole» com ingenuidade ou passividade as palavras do preso: «não sei», «desconheço», «não respondo», «recuso-me a fazer declarações», etc.. O inimigo prossegue os interrogatórios e as torturas durante semanas e meses. A PIDE é impiedosa. Os seus agentes berram: «Aqui todos falam! Não sai daqui ninguém sem falar. Tu, não saís daqui sem contares tudo, essa

## é inevitável e violento

te garantimos nós! Ou falas, ou vais parar ao cemitério ou abalas com os ossos todos partidos. Se és corajoso, honrado e fiel ao teu Partido, vamos ver até onde chega essa valentia e fidelidade». E o preso deve contar mesmo a sério que a polícia vai ver até onde chega a sua determinação e coragem. O inimigo compreende que cada preso que lhe sai das mãos sem falar é uma derrota moral e política para si e uma vitória para o preso, para o Partido e para a luta antifascista. Por isso a polícia recorre a todos os processos e formas para quebrar a resistência do preso, a sua confiança, convencê-lo de que a polícia é mais forte e que ele só tem duas saídas: ou fala ou morre.

O preso deve marcar, logo de início, a sua firme determinação de nada revelar sobre a sua actividade política e muito menos de organização. Que a polícia sinta que tem pela frente um homem ou uma mulher sem medo, que não verga, que não foge às dificuldades nem a sacrifícios, que está seguro de si, confiante no Partido e na Causa que abraçou, na sua classe, no seu povo. Esta determinação leva, por vezes, a polícia a desistir mais depressa, a convencer-se da realidade de mais cedo: «**Desse não tiramos nada!**».

## A PIDE refina as torturas

A situação política do País agrava-se, as contradições internas do regime aumentam e, o fascismo procura abafar a revolta e a luta do nosso povo e aguentar-se no poder a todo o custo. Daí um maior agravamento da repressão fascista, daí a PIDE refinar cada vez mais as torturas contra os presos políticos. Eis algumas dessas torturas mais conhecidas:

— **A tortura do sono:** esta tortura da PIDE é das mais bárbaras. Ela consiste em não deixar dormir o preso durante noites e dias seguidos (às vezes 8, 10, 12 e mais). A cabeça parece pôr-se fria e aumentar de volume. O preso começa a ter alucinações (delirar), a «ver» e «ouvir» coisas que não existem, como por exemplo, a «ver» bichos no chão, «televisão» na parede, a «ouvir» vozes de pessoas íntimas ou conhecidas, começa a sentir um mal-estar, a esgotar-se fisicamente

e o sistema nervoso a arrasar-se. Por vezes, enquanto o preso está submetido a esta tortura, a PIDE dá-lhe uma refeição de pão e água com o fim de esgotar mais depressa a sua resistência física.

— **Os espancamentos:** a PIDE espanca o preso, por vezes durante horas, a pontapé e murro, a cavalo-marinho, socos no estômago e na barriga, pancadas com a mão de cutelo no pescoço e nos músculos dos braços, puchões de cabelo e contorções das pernas e dos braços, e até dos testículos. Faz roda de agentes, mete o preso no meio, berra, bate e faz ameaças de morte.

— **O isolamento:** este processo de tortura consiste em manter o preso durante semanas ou meses (às vezes 4, 5 e 6) nas «celas» ou «segredos» enquanto durarem os interrogatórios. Em muitos casos a PIDE impede a en-



trada de todos os jornais ou livros, papel e caneta. Durante o período do isolamento o único contacto do preso é com a PIDE e com os carcereiros.

— Os processos «científicos» e «psicológicos»: a PIDE procura criar no preso um estado de nervosismo e psicológico com o fim de o levar a aceitar a ideia de que a polícia é mais forte e que ninguém consegue resistir aos seus métodos. Ela fala das «máquinas electrónicas», das «lavagens ao cérebro», das «injecções» e «drogas» e de outros chamados processos «científicos». A polícia calunia o Partido, inventa as mentiras mais infames contra os seus dirigentes mais qualificados; procura vexar o preso de várias maneiras, chega a despir os presos e as presas (como fez a M. Conceição de Matos e outras) com o objectivo de quebrar a confiança do preso no Partido e na luta. Simula assassinatos dando a entender que está a golpear, com um objecto cortante um preso, numa sala ao lado, aparecendo nos corredores com facas e toa-lhas sujas de «sangue», e ameaçando que lhe farão o mesmo a ele se não falar. Estes processos são quase sempre associados à tortura do sono e acompanhados de espancamentos.

— Os «bons modos»: tanto os processos de vio-

lência como os «bons modos» têm o mesmo objectivo: levar o preso a trair e a abandonar a luta. A PIDE procura quebrar o abismo entre o preso e a polícia. Ela diz que não é contra o homem, que é apenas contra o Partido e a sua organização. Faz-se «amiga» do preso, procura a todo o custo que ele comece a falar com a polícia sobre qualquer assunto banal. Oferece-lhe dinheiro, emprego e protecção e a liberdade se falar e se comprometer a abandonar a actividade política. Faz grandes discursos, que o preso está enganado, escolheu um mau caminho, que deve abandonar o Partido e a actividade política e ir fazer uma vida «cavalheiresca». O processo dos «bons modos» é perigoso. O fim da polícia é sempre o mesmo: liquidar politicamente o seu inimigo. Ninguém se deve convencer de que há agentes «bons» ou agentes «maus» na polícia. Todos são agentes da PIDE, o seu papel é que pode, por vezes, variar. Ninguém deve falar com a polícia, mesmo sobre «assuntos banais», pois isso seria deslizar para a traição. A conduta do preso deve ser esta: «Não sei. Desconheço. Não respondo. Não faço declarações nem confirmações!» Não sair desta posição. Manter-se sempre calado. Deixar a polícia falar sôzinha e responder a ela mesmo.

### Ter confiança e perspectiva política

Um verdadeiro combatente da liberdade não pode ter medo da polícia nem medo de morrer. Não pode trair o seu Partido. Ao ser preso não pode pensar que lhe caiu uma grande «desgraça» na sua vida, que a prisão o destrói. Não pode pensar que, para si, a luta terminou. Ao contrário, ela passou a uma fase superior, a ser mais difícil e exigente. Frente ao inimigo, ele tem uma grande causa a defender — o seu Partido, os seus camaradas, a sua própria honra.

Todo o militante e simpatizante deve encarar como uma realidade poder vir a ser preso de um momento para o outro e nesse sentido deve estar armado. Nunca pensar que não será preso. O Partido luta na clandestinidade. Todo o comunista, seja ele funcionário do Partido, militante ou simpatizante, uma vez caído nas garras do inimigo, um único pensamento o deve orientar a todo o instante: **aconteça o que acontecer, a minha boca nunca se abrirá frente ao inimigo para fazer declarações ou confirmações sobre o meu Partido, os meus camaradas, a minha actividade política. Nunca me vergarei aos verdugos do povo e da liberdade. Daqui eles não arrancarão nada! Hei-de cumprir o meu dever!** O militante ou simpatizante que assim pensar e proceder sairá vitorioso do embate com o inimigo — não falará. O militante comunista deve ter confiança absoluta no Partido, no povo, na revolução. O Partido forjou-se e temperou-se como Partido marxista-leninista ao

longo destes 41 anos de clandestinidade, resistindo a todas as provas de dificuldades impostas pelo fascismo. O Partido sempre se manteve nas primeiras linhas de combate em defesa dos interesses vitais dos trabalhadores e do povo, sempre empunhou a bandeira do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário. O Partido é hoje a força mais influente do movimento de massas e do movimento democrático, o Partido mais forte das forças anti-fascistas do nosso País. A sua organização, imprensa clandestina e Rádio, a sua influência política e prestígio entre as amplas massas populares, a justeza da sua linha política, da sua orientação e actividade em defesa dos justos interesses das classes laboriosas, pelo Pão, pela Paz, pela Independência Nacional, pela conquista da Liberdade e da Democracia, contra o fascismo, exercem uma poderosa influência no desenvolvimento da luta anti-fascista. O Partido ocupa uma posição determinante na luta pelo derrubamento da ditadura fascista e pela construção de um Portugal democrático e socialista de amanhã.

O nosso Partido é digno de orgulho e merecedor de toda a confiança, digno que os seus membros e simpatizantes estejam de alma e coração dispostos, em todas as circunstâncias, a fazerem todos os sacrifícios para o prestigiar e defender. Defender o Partido é defender a causa da classe operária e do povo, confiar no Partido é confiar na vitória inevitável do derrubamento da ditadura fascista e na conquista da Liberdade e da Democracia.

**FIRMEZA REVOLUCIONÁRIA ANTE O INIMIGO!  
NA POLÍCIA SÓ FALA QUEM QUER!**





# O PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS APOIA OS ESTUDANTES NA DEFESA DOS SEUS INTERESSES

Para impedir o desenvolvimento das actividades associativas dos estudantes, o governo fascista passou a lançar mão de novos métodos de repressão indirecta, sem abandonar a habitual repressão directa e policial. Esta tática demagógica não conseguiu, no entanto, encobrir o objectivo máximo do fascismo: a liquidação das Associações de Estudantes, reduto principal do movimento estudantil.

Os métodos de repressão indirecta constituem neste momento a mais perigosa ameaça para o movimento associativo no seu conjunto. Nunca, como no passado ano lectivo, foram tão ampla e insistentemente utilizados tais métodos repressivos, na tentativa de desunir e desagregar as associações de estudantes. Foi o recurso a organizações governamentais e pseudo-associativas, de que são exemplo os Serviços Sociais universitários, as residências universitárias, a reestruturação da Mocidade Portuguesa e do seu Centro Universitário, «democratizados» e depurados do antigo militarismo. Foi a criação de grupelhos ultras e a subvenção de publicações anti-associativas enviadas gratuitamente aos estudantes pelo correio. Foi a ingerência, subtil ou descarada, nas próprias organizações dos estudantes.

Nos liceus e no ensino médio, a Mocidade Portuguesa, reformada e materialmente apoiada pelo fascismo, ameaça gravemente o movimento estudantil. Como resposta a esta acção, numerosas realizações de carácter reivindicativo, pedagógico, cultural, de convívio, foram levadas a cabo pelas massas estudantis no último ano lectivo.

Assim, no Instituto de Ciências Económicas e Financeiras, em Lisboa, a luta por aulas práticas de Economia II, após 2 reuniões de curso em que foram aprovadas várias moções de protesto e uma exposição a enviar ao director do Instituto e ao regente da cadeira, caracterizou-se pela grande unidade e firmeza dos estudantes. Com novas reuniões de curso e publicando comunicados, os estudantes fizeram fracassar as tentativas demagógicas, divisionistas e discriminatórias das autoridades académicas, alcançando deste modo uma importante vitória.

No Instituto Industrial de Lisboa, os estudantes travaram luta renhida para que fossem devolvidos os 50\$00 que o director obrigara abusivamente a pagar pela utilização do paupérrimo apetrechamento laboratorial no acto da matrícula. Um abaixo-assinado referindo-se às péssimas condições de estudo foi posto a circular

no mesmo Instituto e, logo no dia em que foi lançado, assinaram-no turmas inteiras.

Na Escola de Belas-Artes, em Lisboa, mais de 2 centenas de estudantes lutaram corajosamente contra a linha anti-pedagógica seguida pelo director. Numa Carta Aberta ao Conselho Escolar, em exposições ao mesmo Conselho, aprovando moções convoçadas para o efeito, os estudantes denunciaram as arbitrariedades e discriminações do director.

O ciclo de colóquios sobre a «Reforma do Ensino Médico», levado a efeito pelos estudantes com a colaboração de vários professores, foi um magnífico exemplo de luta no campo pedagógico, que deve ser seguido pelos alunos de outras escolas.

Contra os chamados Serviços Sociais, contra os métodos de repressão indirecta, também os estudantes da Faculdade de Medicina de Lisboa souberam dar belas provas de combatividade. A luta vitoriosa pela posse das suas instalações deve ser destacada pela ampla mobilização de massas que originou, pela unidade e firmeza manifestadas pelos estudantes. Uma reunião geral de 500 alunos, a entrega de um abaixo-assinado que recolhera rapidamente 850 assinaturas e uma concentração de 300 estudantes junto do Conselho Escolar enquanto este deliberava, não podiam deixar de pesar nas decisões que ali se tomavam.

A luta contra a repressão não pode, pois, considerar-se desligada de um amplo e profundo trabalho dentro de cada escola, ao nível de cada curso e de cada turma, na defesa dos interesses específicos dos estudantes. Os dirigentes associativos, particularmente os comunistas, devem ter sempre presente que tal trabalho constitui a própria razão de ser das associações estudantis, que nele assenta a estreita ligação dos dirigentes associativos com as massas.

O trabalho associativo de base, indispensável para a defesa dos interesses dos estudantes, deve ser acompanhado de uma actividade inter-associativa. Assim já o compreenderam os estudantes, como o demonstraram, entre outras, as acções de apoio à luta do movimento associativo da Faculdade de Ciências de Lisboa contra a Comissão Administrativa que lhe foi imposta, a campanha da Cantina da Cidade Universitária, a campanha de descontos nos eléctricos.

A grave crise do ensino e a repressão fascista ao movimento associativo torna manifestamente comuns os problemas que os estudantes deverão enfrentar e as acções a empreender. A unidade e cooperação activa entre todas as Associações de Estudantes, ao nível de cada escola, de cada Universidade e no plano nacional são hoje uma exigência premente para a salvaguarda do movimento estudantil no nosso País, das suas conquistas e dos seus direitos.